

**FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA IX**

A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL

**BENÍCIO PEDRO SANTANA JUNIOR
GERCIONY PAULA DE ALMEIDA
SIMONE ALVES MARTINS BRANDÃO**

**ANÁPOLIS/GO
2013**

**BENÍCIO PEDRO SANTANA JUNIOR
GERCIONY PAULA DE ALMEIDA
SIMONE ALVES MARTINS BRANDÃO**

A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica de Anápolis como requisito parcial à aprovação no curso de Especialização em Docência Universitária sob orientação da Prof^a Me. Jocy Mara Rezende Rolindo.

ANÁPOLIS/GO
2013

**BENÍCIO PEDRO SANTANA JUNIOR
GERCIONY PAULA DE ALMEIDA
SIMONE ALVES MARTINS BRANDÃO**

A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL

Anápolis, 30 de novembro de 2013.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica de Anápolis como requisito parcial à aprovação no curso de Especialização em Docência Universitária.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Me. Joicy Mara Rezende Rolindo – FCA
Orientadora

Prof^o. Me. Leonardo Rodrigues de Souza
Convidado

Prof^a Esp. Aracely Loures Rangel
Convidada

A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL

Benício Pedro Santana Junior¹
Gerciony Paula de Almeida²
Simone Alves Martins Brandão³

RESUMO: A Expansão do Ensino Superior no Brasil, surge com a iniciativa privada em oferecer educação superior. Portanto, o objetivo da pesquisa foi compreender o crescimento das instituições privadas de ensino superior no Brasil, suas modificações ao longo dos tempos. A metodologia constou de uma pesquisa bibliográfica constantes em livros que tratam do assunto. No Brasil antes da reforma educacional apenas um grupo restrito tinha acesso ao ensino universitário. As Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, tiveram uma contribuição significativa na expansão do ensino, pois a demanda de novos alunos concluindo o ensino médio, porém o Estado não tinha condição de absorver esses alunos no ensino público, sendo o número de vagas insuficientes, o governo passa a autorizar às iniciativas privadas a abertura de novas faculdades particulares e de novos cursos para atender essa demanda. Com a privatização e as novas mudanças no ensino dá-se início a expansão da educação nas (IES). Após a medida do governo em ampliar as políticas educacionais voltadas ao nível superior surgiram diversos programas que tinham como objetivo aumentar as formas de acesso ao nível superior, então, as possibilidades do aluno de ingressar nos cursos de graduação tornou-se cada vez mais próximo. Conclui-se que a expansão do ensino superior tiveram que passar por mudanças, resultando em novas instituições de ensino, novos cursos e novas políticas públicas educacionais, visando melhorar e garantir a educação superior no Brasil.

Palavras-Chave: Ensino Superior. Expansão. Educação.

INTRODUÇÃO

O Ensino Superior no Brasil vem passando por várias mudanças significativas no sistema de ensino público e privado. Para analisar essa realidade, iniciar-se-á este trabalho com as primeiras universidades brasileiras e as reformas implementadas na década de 1990 com os seus principais instrumentos que as

-
- 1 Benício Pedro Santana Júnior, Graduado em Gestão Pública, pós-graduando em Docência Universitária da Faculdade Católica de Anápolis. E-mail:bpsantanajunior@gmail.com
 - 2 Gerciony Paula de Almeida, Graduada em Administração de Empresas, pós-graduanda em Docência Universitária da Faculdade Católica de Anápolis. E-mail:gerciony_paula@hotmail.com
 - 3 Simone Alves Martins Brandão, Graduada em Enfermagem, pós-graduanda em Docência Universitária da Faculdade Católica de Anápolis. E-mail:amariliosimone@live.com

motivaram após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1990.

Com o surgimento da universidade empresarial, inicia-se um conceito de governança que é uma extensão para o campo da ação estatal, da racionalidade formal econômica para as dimensões sociais e políticas, ou seja, um elemento que norteia a formulação de políticas públicas. Serão abordados também o capital estrangeiro e os investimentos na educação do Brasil, o conceito de entidade mantenedora e inexistência de mecanismos legais que limitam a atuação da livre iniciativa de capital estrangeiro para manter e desenvolver a educação superior no país.

Acrescente-se como foco deste trabalho a sustentabilidade das IES privadas no Brasil, a educação superior, a expansão e impulsionamento das instituições privadas no ensino superior, os períodos marcantes na construção das instituições privadas, a educação e mercado globalizado, os centros universitários como modalidade atrativa do ensino superior privado, os subsídios e educação, privatização das IES e avaliação dos cursos de graduação.

A pesquisa é bibliográfica, devido as informações serem coletadas de artigos, livros e internet que abordam o tema em questão. É importante evidenciar que a construção do conhecimento da proposta do artigo, possa gerar compreensão satisfatória e significativa, e venha contribuir ou auxiliar outros trabalhos de pesquisa a quem por ventura se interessar.

A apresentação é predominantemente descritiva, sendo a relação entre os integrantes de significativa importância, onde a teoria envolvendo toda a temática será pesquisada, analisada, relatada com objetivo de enriquecimento do saber.

A problemática parte da expansão desenfreada de instituições de ensino superior privado no Brasil, atualmente como desvantagens compromete a qualidade do ensino superior.

Evidenciado as mudanças estruturais e institucionais que vêm ocorrendo no setor privado, tendo uma preocupação maior no sentido da qualidade e imagem do ensino superior. Por outro lado há uma maior oferta diversificada de cursos oferecidos à população exercendo vantagens competitivas na disputa pelo cliente que busca acesso ao ensino superior.

A importância deste estudo dá-se pelas informações que atualmente instituições de ensino de cursos superiores privadas, em crescimento acelerado e com pouca estrutura, venham banalizar o ensino superior. As faculdades e

universidades acabam virando depósitos de pessoas com muitas informações e pouco conhecimento, prejudicando o desenvolvimento da educação no País.

1 AS PRIMEIRAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Segundo Tavares (2011), a universidade brasileira tornou-se um movimento que chegou atrasado, pelo menos em comparação com o surgimento das universidades nos países latinoamericanos de colonização espanhola. Alguns tiveram as primeiras universidades no século XVII, enquanto que a primeira universidade brasileira, fundada em 1920 pelo Decreto nº 14.343 foi a do Rio de Janeiro. Conforme o mesmo autor, no ensino privado, a primeira universidade foi confessional, a Universidade Católica do Rio de Janeiro, reconhecida oficialmente pelo Decreto nº 8.681/46, com prerrogativas de Pontifícia, em 1946, a partir do Instituto Católico de Estudos Superiores, que atuava desde 1932.

Finalmente, na metade do século XX, outras Universidades foram surgindo, especialmente as confessionais. Em 1946, além da Católica do Rio de Janeiro, surgiu a pontifícia Universidade Católica de São Paulo; em 1948, a Católica do Rio Grande do Sul; em 1952, a Universidade Mackenzie; em 1955, a Católica de Campinas; em 1958, a Católica de Minas Gerais; e, em 1959, a Católica do Paraná.

Na década de 1970, apareceram novas universidades confessionais e outras comunitárias. Estas não eram vinculadas às entidades confessionais e sem fins lucrativos, o que permitiu, mais tarde, o aparecimento da categoria universidades comunitárias, que passaram a se organizar na Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC) em 1975 (TAVARES. 2011).

Devido às reformas implementadas na década de 1990, ocorreu a expansão do segmento privado da educação superior no Brasil, sobretudo após o reconhecimento legal das instituições educacionais com fins lucrativos. A abertura ao segmento empresarial propiciou acelerado impulso ao setor, o que permitiu um potente crescimento das matrículas por meio da abertura de campi¹, expressivo ampliação do número de cursos e interiorização da oferta (TAVARES, 2011).

1 Campus (campi, no plural) é a palavra latina que deu origem ao termo português campo. Geralmente é sinônimo de "polo", e refere-se a um local onde uma instituição ou conjunto de instituições, de ensino ou de investigação científica ou tecnológica, tem uma parte ou a totalidade dos seus serviços, nomeadamente salas de aula e laboratórios (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Campus> Acesso em: 08 de out. 2013).

Com a nova tipologia que passou a ser chamado de setor privado na educação superior, incitou-se a concorrência. Antes era quase inexistente entre as instituições de ensino superior (IES). O setor passou a focar o gerenciamento de resultados, ficando a atuação do governo limitado ao campo da avaliação como alternativa de regulação do novo setor, configurado graças a um processo controlado de autorização de funcionamento de campi e de cursos pelo Ministério da Educação (TAVARES, 2011).

Por fim, a educação superior brasileira passou a acolher, tanto as instituições públicas, quanto as universidades particulares que são resultantes do agrupamento de atores com diferentes formatos jurídicos e finalidades econômicas, criando um conjunto muito diversificado e diferenciado em seus fins e na própria concepção de universidade. Essa expansão ocorreu com visíveis diferenças no modelo de governança adotado pelas instituições, com reflexos na forma de administração acadêmica, nas relações com os alunos e com os professores e técnico administrativo e também, na forma de inserção dessas universidades na sociedade onde atuam (TAVARES, 2011)

A reforma da educação superior que aconteceu na década de 1990 resultou na elevação das instituições com fins lucrativos e nos reflexos na concepção de governança que vêm se estabelecendo no segmento universitário privado. Não esquecendo sua importância e grandeza, pois, é responsável por mais de 70% das matrículas no ensino superior no Brasil (TAVARES, 2011).

2 AS REFORMAS DO ENSINO SUPERIOR NA DÉCADA DE 1990

Com as reformas do Ensino Superior ocorridas na década de 1990, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, “houve o reconhecimento do Estado de sua impossibilidade de dar conta da expansão do segmento das universidades particulares, admitindo-se a categoria de instituições de ensino superior com fins lucrativos” (TAVARES, 2011, p. 177).

Ainda de acordo com o mesmo autor, foi no sistema educacional federal, que o Estado passou a realizar ações voltadas para a racionalidade econômica, ao gerenciamento por resultados e à otimização dos recursos que já existiam no sistema, sem maior ampliação. O princípio da racionalidade econômica voltada ao

desenvolvimento e à modernização do sistema fundamentou o projeto de reforma do Ensino Superior.

A reforma da educação superior ocorrida na década de 1990 foi administrada pela racionalização organizacional e pela busca de novos padrões de gestão na administração pública, que passou a ser orientada por resultados, pela descentralização, pela flexibilização, pela competitividade e por um direcionamento estratégico. Sendo assim, a reforma educacional não foi nada mais que a reestruturação gerencial, fundamentada na revisão das concepções de gestão, planejamento e avaliação, com vistas à expansão do ensino superior no Brasil (TAVARES, 2011).

A partir da reforma do Estado brasileiro, as reformas da educação superior realizadas na década de 1990 foram uma tentativa de promover esse movimento no cenário da educação superior, reorganizando seus processos de trabalho e de gerenciamento, criando novos parâmetros para a dilatação e desenvolvimento do sistema (TAVARES, 2011).

Os principais instrumentos que objetivaram a reforma foram editados após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394/96 – pelo Congresso Nacional. Entre Abril e Agosto de 1997, diversos dispositivos legais, voltados para a regulação do ensino superior foram publicados pelo Ministério da Educação e de seus órgãos executivos.

Dois desses dispositivos foram importantes para a educação superior: o Decreto nº 2.207, de 15/04/1997, e o Decreto nº 2.306, de 19/08/1997. O primeiro renova a organização do sistema de Ensino Superior, com a introdução das modalidades universidade especializada e centro universitário. O segundo reporta à natureza jurídica e econômica das instituições privadas de ensino superior, consentindo-lhes promover alterações estatutárias que possam apreciar a natureza civil ou comercial, o que possibilita ao setor educacional, operar sobre o regramento de entidades com fins econômicos. É a partir daí que surge a “universidade empresarial”, passo fundamental para a concepção de governança universitária nesse segmento emergente que começa a atuar no ensino superior no Brasil (TAVARES, 2011).

2.1 CONCEITO DE GOVERNANÇA

Segundo Tavares (2011 p, 180), governança teria sido utilizada, no sentido que hoje se adota, nos documentos do Banco Mundial com finalidade de estabelecer ações que garantissem a eficiência estatal. É uma extensão para o campo da ação estatal, da racionalidade formal econômica para as dimensões sociais e políticas, ou seja, um elemento que norteia a formulação de políticas públicas.

Na década de 1980, o conceito de governança apareceu nos documentos do Banco Mundial e passou a ser usado por outras agências de cooperação internacional, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O Conceito de governança em sua origem é originário da administração pública: mas, no setor universitário a governança se atribui de um conceito relativamente novo que permeiam o campo de sua gestão. São questões com as quais a universidade tem que lidar devido aos avanços extremamente rápidos na produção e na difusão do conhecimento (TAVARES, 2011).

3 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADO E ENTIDADES MANTENEDORAS

O ensino superior privado vem marcando presença de forma imprescindível nos últimos anos, principalmente a partir de 1990, respondendo por mais de 75% das matrículas desse nível de ensino. A iniciativa privada consolidou de vez sua presença como marco referencial da educação superior no Brasil com mais de 80% de instituições particulares (CARBONARI NETO, 2011, p. 191).

Atualmente, as instituições estatais (união, estado e município) atendem menos de 25% dos alunos matriculados em cursos superiores, e são menos de 20% do universo das instituições. Alguns de seus membros querem ditar o rumo de todas as outras e os seus representantes tem o total dos cargos públicos nos órgãos decisórios do Ministério da Educação (MEC) e ainda persiste a cultura antiquada das autoridades educacionais que acreditam que qualidade é sinônimo de formação de instituição estatal (CARBONARI NETTO, 2011 p. 191).

A Lei nº 5.540/68, era a lei máxima até 1996, nela se encontra as definições essenciais da tipologia das organizações do ensino superior: as entidades ditas mantenedoras, que é uma designação considerada inadequada, seriam as

organizações que manteriam as unidades, os institutos, as faculdades, os centros universitários e as universidades, que, por sua vez, ofereciam cursos superiores para a matrícula dos alunos interessados. As entidades mantenedoras – que deveriam manter subsidiar e colocar recursos – poderiam ser públicas (autarquias, fundações) ou privadas (fundações de direito privado) ou associações civis sem fins lucrativos (CARBONARI NETTO, 2011, p. 191).

A Lei nº 9.870/99, que trata do processo de relacionamento entre as entidades “mantenedoras” e instituições “mantidas”, expandiram também os dispositivos da Lei 9.131/95, consentindo que as entidades mantenedoras particulares pudessem ter outra natureza além de “associações” (CARBONARI NETTO, 2011).

De acordo com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) os Artigos 19 e 20 da Lei Nº 9.394/96, cuida das entidades mantenedoras como sendo instituições de ensino de diferentes níveis. Ainda no artigo 19 classifica em algumas categorias: administrativas, públicas e privadas. As públicas são as criadas ou incorporadas e administradas pelo poder público. As Privadas são as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

O artigo 20 refere que as instituições se enquadrarão em várias categorias, sendo: particulares, que são as constituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características comunitárias, que são as constituídas por grupo de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas, jurídicas inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade. Confessionais, que são as constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas atendem a orientação confessional e ideologia específica e filantrópica na forma da lei.

O artigo 45 da mesma lei regula o processo de autorização, dispondo que “a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privada, com vários graus de abrangência ou especialização”.

O artigo 46 estabelece que os atos autorizativos devam ser renovados periodicamente, além de criar mecanismos de correção para saneamento das deficiências identificadas nos processos avaliativos; portanto, a autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de

educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

Ainda no artigo 46 em seu parágrafo primeiro, define que após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento.

Segundo Netto (2011), é de suma importância que esses dispositivos garantam ao órgão público, supervisor e regulador das atividades do ensino superior, enquadrar as instituições que apresentam irregularidades ou deficiências, até porque é possível não recredenciá-las ou não reconhecer os seus cursos superiores com alegação de que se desviam de seus propósitos ou de suas normas. Sendo assim, compreende-se que a avaliação realizada nas instituições para a apuração das deficiências verifica desvios causados por quaisquer agentes externos, inclusive os procedentes do capital estrangeiro – o que jamais aconteceu na história das avaliações oficiais.

Os grandes empréstimos que as universidades confessionais receberam do exterior foram por meio das suas igrejas matrizes ou de seus financiadores que serviram para reafirmar suas crenças e seus valores religiosos.

Os brasileiros que estudaram nas instituições católicas foram pouco influenciados pelas novas ideologias estrangeiras que elas traziam. Todas usaram a sua estrutura para formar os jovens nas crenças e em seus valores por meio de empréstimo de capitais estrangeiros. Algumas universidades estatais formaram mais para as ideologias estrangeiras do que as confessionais que sempre foram conservadoras (CARBONARI NETTO, 2011, p. 201).

As universidades confessionais se expandiram estruturalmente com capitais de outros países emprestados com apoio das corporações internacionais. Esses investimentos ampliaram suas fronteiras educacionais e a oferta de novos cursos superiores, sempre mantendo suas crenças religiosas de caráter ideológico ou confessional. Elas nunca foram negadas por “perda de soberania nacional”, esse fato acontece quando se espalha a notícia de internalização de capitais estrangeiros para o setor da educação superior, em especial para rede particular de educação. Com essa discriminação, vive-se uma hipocrisia intelectual aristocrática de alguns membros defensores de instituições estatais contra os particulares.

3.1 ENTIDADES MANTENEDORAS OU ENTIDADES CONTROLADORAS?

Conforme Netto (2011), o legislador brasileiro cometeu um enorme equívoco após 1996, com a chegada da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), como entidades, as associações ou as sociedades comerciais, de capital fechado ou aberto, a partir desse ano passaram a ser não mais mantenedoras, mas sim controladoras, proprietárias, acionistas, etc. Contudo, a norma não acompanhou a nova terminologia e manteve o retrógrado conceito de mantenedora que é aquele que mantém e protege. Os proprietários, acionistas ou controladores, não podem mais ser chamados de mantenedores.

A esse respeito, o título II do Código Civil trata das pessoas jurídicas com regras gerais para todos os tipos, especialmente o artigo 44 que prevê as pessoas jurídicas que podem atuar no Brasil: associações, sociedades, fundações, organizações religiosas e partidos políticos. Pessoas jurídicas de direito privado podem ser associações, fundações e sociedades ou empresas. Todas essas organizações podem ser “entidades mantenedoras” de instituições de ensino superior (CARBONARI NETTO, 2011).

Nos últimos doze anos a economia brasileira encontra-se em boa fase e isso permitiu a volta dos investimentos sob a forma de obtenção na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) com a compra de parte de instituições educacionais brasileiras e até, obtenção total da organização.

De acordo com o mesmo autor, não existe em nenhum mecanismo legal a atuação da livre iniciativa de capital estrangeiro para manter e desenvolver a educação superior no país. Não importa nem a nacionalidade e nem o capital dos mantenedores de instituições educacionais privadas. Essas novas formas de educação ensejaram que organizações diversas, empresas, sindicatos, fundações e pessoas físicas pudessem ser controladores e não “mantenedores” de instituições educacionais. A história mudou seus conceitos, mas a lei não.

4 ENSINO SUPERIOR PRIVADO: A QUALIDADE E A IMAGEM

Segundo, Rodrigues (2011, p. 43), “a imagem do ensino superior particular é confusa e difusa”. As questões de imagem não são simples e no ensino particular brasileiro há contradições aparentes. No Ensino Fundamental e no Ensino Médio, o

ensino particular tem uma boa imagem, o que não acontece no ensino superior. Naquele há uma comunicação intensa e direta entre as escolas e as famílias dos alunos. Neste não existe publicidade, ou então é muito rara. No ensino superior particular, a imagem não é muito boa como poderia ser, porque os universitários não são transmissores espontâneos e ativos da realidade que escolheram e que sustentam. A influência neste caso, das famílias é pouca, distante e mais indireta. “A propaganda que se identifica com as de qualquer supermercado, cada vez mais exagerada, abafa o diálogo verdadeiro, substituindo-os por mensagens irreais que têm por prioridade serem atrativas” (RODRIGUES, 2011).

A imagem do Ensino Superior não é satisfatória porque sua comunicação não é suficiente. Além do mais, encontram opositores que insistentemente o criticam, seja por poder, políticas, ideologia ou falta de informação da própria mídia. A comparação frequente da imagem do ensino particular com a do ensino público é outra questão muito delicada. Independentemente da qualidade correspondente, é obvio que o ensino público também é criticado e observado, mas nunca é atacado.

A imagem não é uma simples demonstração de força qualitativa, nem sempre, o que é mais querido é melhor, admirado é respeitado. A imagem pública do ensino superior particular no Brasil será cada vez pior se continuarem tratando os alunos como “clientes”, na medida em que o academicismo seja a propaganda mais falsa e deformante. Portanto, pode melhorar no dia em que as universidades forem parte integrada e consciente dos êxitos e das dificuldades do país (RODRIGUES, 2011, p. 44).

O Ensino Fundamental e o Ensino Médio, no ensino particular tem uma boa imagem, o que não acontece no ensino superior. Isso porque há uma comunicação intensa e direta entre as escolas e as famílias dos alunos. Assim não existe publicidade, ou então é muito rara. A propaganda que se identifica com as de qualquer supermercado, cada vez mais exagerada, abafa o diálogo verdadeiro, substituindo-os por mensagens irreais que têm por prioridade serem atrativas.

4.1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA NOS TEMPOS ATUAIS

Conforme Marcondes (2005), a educação nos tempos atuais tem como objetivo primordial formar cidadãos que transcendam os limites de tempo e espaço. Ao desenhar o futuro do ensino superior sob um novo ponto de vista, o nível

universitário leva o indivíduo a aprofundar o senso crítico e a confronto da realidade nele inserido.

O papel das instituições de ensino superior atualmente prova que estão frente a mudanças, pois buscam caminhos e meios diversos de manter, formando profissional com capacidade humana em gerir o presente e garantir o futuro das diversas áreas do conhecimento.

Ainda o autor retrata as experiências realizadas por várias instituições de ensino superior no Brasil, que buscam caminhos para oferecer uma educação sustentável. Estas preparam os alunos em profissionais capazes de garantirem um futuro sustentável de economia do país, com um alto grau de consciência humana com relação de preservação dos recursos naturais. É importante salientar que essas ações desenvolvidas pelas IES de responsabilidade social envolvem ativamente seus alunos, professores, funcionários, comunidade e governo.

Os projetos sociais, realizados pelas instituições de ensino privado moldado sob a ética e a responsabilidade social dos princípios da sustentabilidade, colocam o aluno em contato com diferentes realidades, estimulando-os à prática do conteúdo pedagógico e na prática como compartilhar conhecimentos.

O maior desafio do ensino superior dentro do processo de educação é a formação de cidadãos e a democratização do acesso das ações realizadas pelas diversas universidades, transformando os projetos comunitários em ações voltadas ao contexto social. O homem por sua vez é um ser em contínua evolução e faz parte de uma sociedade que deve ser organizada, sem distinção de crenças, valores ou tradições, no contexto, as IES por sua vez, colaboram com a sociedade em transformar homens em profissionais de valores morais e éticos (CARBONARI NETTO, 2005, p. 21).

Com o crescimento da população, sobretudo, após a Reforma universitária de 1968, surge uma demanda de novos e potenciais consumidores na educação, então, a iniciativa privada começa perceber uma necessidade no mercado educacional, dando início ao impulsionamento da expansão do ensino superior que antes só tinha como projeto compromisso de formar profissionais de realização pessoal e ascensão social e não para um mercado globalizado.

4.2 INSTITUIÇÕES PRIVADAS: SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO

O processo de sustentabilidade e educação nas instituições privadas de Ensino Superior, após a reforma na legislação do ensino e suas transformações segundo Marcondes:

As organizações que atuam com educação superior no Brasil têm pela frente o desafio de formar profissionais que estejam tecnicamente preparados para a inovação necessária aos novos paradigmas tecnológicos, econômicos e sociais, mas também com fundamentos éticos sólidos (MARCONDES, 2005, p.18).

As instituições privadas de educação deverão preparar profissionais que construirão modelos de processo, produtos e serviços que possibilitam a humanidade um estágio de desenvolvimento.

Os investimentos privados em educação superior por vários anos ficaram muito além do necessário. As universidades privadas e outras muitas públicas no Brasil formarem uma pequena elite fechada em garantir seus próprios privilégios.

Com a criação de novas faculdades e universidades privadas nas últimas décadas, no país, o ensino superior aos poucos vem passando por uma verdadeira revolução. Segundo Marcondes (2005), entre os investimentos feitos pelo setor privado no ponto de vista do autor a expansão do ensino superior foi mais democratizante do que todo o investimento público no mesmo período.

De acordo com o autor, o ensino superior privado, nos últimos anos, ocupa espaço importante na educação dentro do cenário brasileiro, a iniciativa privada é vista em toda parte dos estados do Brasil, com os investimentos feitos pelas IES em novas instalações, modernas, equipadas e com capacidade de levar a educação nos setores da sociedade antes não atingidos pelas tradicionais instituições de ensino público que dominavam o cenário até os anos 1980 do século passado.

Os desafios da universalização do acesso ao Ensino Superior chegam com as novas universidades privadas sendo que as instituições de ensino passam a ter compromisso com a educação em formar pesquisadores em todos os ramos do conhecimento e não somente à formação profissional e técnica. A sustentabilidade dessas instituições deve, como meta, trilhar caminhos em busca de soluções para os problemas humanos, como aos de ordem econômicos, sociais ou ambientais. Assim, as organizações serão capazes, no futuro, de assumirem um compromisso de neutralizar ou minimizar os impactos da ação humana ou empresarial sob a educação (MARCONDES, 2005, p. 19).

Com a expansão do ensino superior privado no Brasil, alguns setores da

sociedade antes excluídos e sem possibilidade de acesso ao diploma universitário, atualmente estão se graduando e entrando no mercado sob uma visão diferenciada do mundo das elites tradicionais, sabe-se que é preciso inovar para crescer, que é necessário muito trabalho para construir um futuro sustentável.

5 CONSTRUÇÃO E IMPULSIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS NO ENSINO SUPERIOR

Na construção do Ensino Superior, durante o século XX, a educação passou por um período de formulação. Com a reforma educativa no início dos anos de 1970, as políticas de educação impulsionaram a reformulação das estruturas e conteúdos de ensino, dando um novo rumo à educação superior. Devido a essas transformações, houve um aumento de acesso estudantil nas instituições públicas, mas, em contrapartida, sem o mesmo crescimento das instalações e corpo docente preparado (TEODORO, 2005).

Devido às mudanças, foi preciso uma resposta imediata a essa situação iniciando o processo de modernização das organizações de ensino. A reforma da universidade era considerada muito difícil ou quase impossível na opinião dos jovens professores universitários, então, coube ao estado a reforma de algumas das principais instituições em primeira fase; em uma segunda fase, a expansão e diversificação do ensino superior em um programa consistente. Com o planejamento da ação educativa, ocorreu também a revisão do estatuto da carreira docente universitária.

Dentro do mesmo processo de expansão do ensino superior, na década de 1980, aconteceu o estrangulamento do desenvolvimento do ensino superior público devido ao afastamento significativo de candidatos ingressando nas vagas disponíveis no setor. Entre a transição do período de 1980 a 1990 e a mudança na legislação de ingresso, metade dos alunos que terminavam o ensino secundário não encontravam vagas no Ensino Superior. Assim, o plano social de educação novamente em resposta ao fenômeno, deu-se início à abertura de vagas nas universidades particulares e cooperativas de ensino (TEODORO, 2005).

Com a participação do setor privado no ensino, surgiu rapidamente a concorrência principalmente nos grandes centros urbanos, já no final da década de 1990, devido a massificação do ensino superior, segundo Teodoro (2005) em

consequência o número de candidatos foi diminuindo em desfavor de uma evolução demográfica instalada muito superior. Surgem então novos desafios para as políticas públicas de ensino, em estabelecer programa de reformas de normalização de estruturas, modos e procedimentos de organização no Ensino Superior.

As instituições privadas de ensino, segundo Sampaio (2000, p. 38), a trajetória de transformações ocorridas no sistema de ensino superior brasileiro, “é evidenciar determinadas mudanças estruturais e institucionais que vêm ocorrendo no setor ultimamente, as quais, como tendência, têm se orientado para o atendimento da demanda de massa de ensino superior”. O setor privado de Ensino Superior no Brasil teve forte presença e crescimento após o período da Constituição da República que descentralizou o Ensino Superior, que antes era de poder central do Estado, assim permitindo aos governos estaduais, aos municipais e à iniciativa privada criarem seus estabelecimentos.

Reforça ainda a autora que devido às diversidades de vocações institucionais e a heterogeneidade acadêmica, surge com as transformações do sistema de Ensino Superior nas últimas três décadas a diversidade da oferta de cursos diferenciando a formação profissional nas diversas áreas.

Ainda, conforme a análise da autora, quanto à trajetória do Ensino Superior privado na sociedade brasileira, desde o final do século XIX até a metade da década de 1990, as instituições passaram por mudanças em um todo. Nesse processo de expansão, para atender à demanda de massa, tanto o privado quanto o público, foi necessário estruturar e implementar seu ensino de forma voltada para o ensino e pesquisa tomando uma dimensão o sistema educacional.

5.1 PERÍODOS MARCANTES NA CONSTRUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS NO ENSINO SUPERIOR

As políticas de educação, no início dos anos de 1970, impulsionam a reformulação da educação, seja nas estruturas das instituições como nos conteúdos de ensino, dando um novo rumo à educação superior. Durante o século XX, a educação passa pelo período de formulação, com a construção de novas instituições de ensino, dando início a reforma educativa.

Devido a essas transformações, ocorre um aumento significativo de acesso estudantil; mas, em contrapartida sem o mesmo crescimento nas instalações e

qualificação do corpo docente. A esta situação foi preciso uma resposta iniciando o processo de modernização das organizações de ensino, na opinião dos jovens professores universitários, a reforma das universidades era considerada muito difícil ou quase impossível.

Em uma segunda fase, com um programa mais consistente, ocorre a expansão e diversificação do ensino superior, com um planejamento da ação educativa, com a revisão do estatuto da carreira docente universitária. Na década de 1980, o processo de expansão prossegue e ocorre um estrangulamento do desenvolvimento do ensino superior público, com isso, houve um afastamento significativo de candidatos ingressando nas vagas disponíveis pelo setor público. Como consequência há uma mudança na legislação de ingresso e, na transição do período de 1988 a 1990, ocorre outra situação, a metade dos alunos que terminavam o ensino secundário não encontravam vagas no ensino superior.

Em resposta a esta situação, o governo cria um plano social, que dá abertura de vagas nas universidades particulares e cooperativas de ensino. Com a participação do setor privado na educação superior, surge rapidamente a concorrência principalmente nos grandes centros urbanos, já no final da década de 1990, com a massificação do ensino, segundo (TEODORO, 2005, p. 28), surge um novo fenômeno com consequências para a primeira década do século XXI. “o decréscimo progressivo do número de candidatos, fruto em particular de uma evolução demográfica desfavorável, em face de uma capacidade instalada muito superior.” Diante desse fenômeno, às políticas públicas de ensino passam por novos desafios em estabelecer programa de reformas, de normalização de estruturas, modos e procedimentos de organização de Ensino Superior.

5.2 EDUCAÇÃO E MERCADO GLOBALIZADO

Para o mercado, a massa de desempregados não sensibiliza a economia, pois essa não é produtora e nem consumidora mais já a qualidade educacional garante uma ampla competição na chamada sociedade do conhecimento, sendo essa população brasileira em condições de competir com a economia globalizada de outros países.

Segundo Dias (2000), o Brasil ainda apresenta um número muito restrito de estudantes de nível superior. Nem é necessário buscar números nos países

avançados, comparando a educação superior brasileira com outros países em desenvolvimento. A expansão do Ensino Superior ainda que desordenada, de baixa qualidade e centradas no lucro, a fiscalização e punição dessas instituições de ensino privadas cabe ao poder público de reforçar.

Com o surgimento e o crescimento de novas IES privadas, e com a asfixia das instituições públicas, a educação passa a ser um atrativo negócio para as instituições privadas, devido ao lucro, passa ser encarada como mercadoria de mercado globalizado, deixando assim, de ser apenas uma função pública e social.

Em respostas ao fenômeno da educação versus mercado, o governo, com intuito de controlar essas instituições, institui uma política de avaliação das IES, considerando que o papel da educação, baseia-se no princípio de formar uma sociedade, portanto, toda instituição de ensino tem função social e política.

A Constituição de 1998 mantém o princípio de que o ensino é livre à iniciativa privada (FIGUEIREDO, 2005). No entanto, o ensino privado devia atender as seguintes condições: cumprimento das normas gerais de educação nacional e autorização e avaliação de qualidade pelo poder público (artigo 209, incisos I e II).

A LDB de 1996 prevê a liberdade e o direito das instituições privadas em educação. Essas aos poucos vêm se sustentando e diversificando, oferecendo variedades e alternativas de cursos que não seria possível atenderem o sistema público.

As IES privadas para atender as alterações previstas na LDB de 1996, para alcançar a melhoria na qualidade do Ensino Superior, devem passar a considerar a qualificação dos docentes e as condições de trabalho. Outra mudança foram os 200 (duzentos) dias efetivos de trabalho: informação dos programas e demais componentes curriculares, como a duração, recursos disponíveis e critérios de avaliação, devendo oferecer no período noturno os mesmos cursos com a qualidade dos oferecidos no diurno.

5.3 OS CENTROS UNIVERSITÁRIOS COMO MODALIDADE ATRATIVA DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO

Com o advento da LDB de 1996 surge na educação uma nova modalidade nas particulares, ficando mais heterogênea e dando origem a dois grupos institucionais: as IES universitárias (universidades especializadas e centro

universitários) e as IES não universitárias (faculdades isoladas e faculdades integradas).

Segundo Boas (2005), os centros universitários resultaram de uma demanda concreta. Foram definidos e credenciados, após avaliados pelo MEC, como instituição de qualidade na área do ensino superior, sendo obrigados a produzir ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação lato sensu.

Segundo Boas (2005), na obra *Um voo histórico* (2005, p. 98), a partir da LDB de 1996 as IES do Brasil puderam ser autônomas, empresariais, religiosas e técnicas, assim como as universidades os centros universitários apesar de possuírem uma estrutura menor, possui a mesma autonomia que faz Jus as outras IES. As IES privadas, que são mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, agora podiam se classificar em particulares, confessionais, comunitárias e filantrópicas.

Ainda, segundo a obra *Um voo histórico* (2005, p. 100), no Brasil, após alguns estabelecimentos de ensino passar pelo declínio entre os anos de 1990 e 1997, voltam a crescer totalizando em 1998 em 782 IES. O ensino superior brasileiro em 2000 era formado por 1.180 IES, sendo sua representatividade as privadas que totalizavam 82% das instituições, sendo composto um total de 1004 IES isoladas como faculdades, escolas ou institutos.

5.4 PRIVATIZAÇÃO, EDUCAÇÃO E IES

O regime militar (1964/1985) conjuntamente com a representação privatista contribuiu para a iniciativa privada no campo educacional. Sob orientação privatista o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 quais deu-se início a estruturação dos sistemas de ensino no Brasil e conseqüente crescimento do ensino superior.

Com o golpe militar em 1964 acentuou-se a expansão do Ensino Superior, no Brasil, proporcionando abertura indiscriminada de escolas isoladas privadas devido a intencionalidade do mercado, sendo a classe dominante nacional na época que desenvolveu uma modernização no ensino superior no país. Com a Reforma em 1968 foi legalizada pelo estado a transferência de recursos públicos para instituições privadas de ensino superior.

A educação no Brasil, ao longo dos anos, sofrera vários obstáculos

principalmente na definição dos subsídios fixados para manutenção da educação, os quais garantiam o desenvolvimento do sistema educacional. Foi na atual Constituição promulgada em 1988, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que ficou estabelecido percentual mínimo a união, estados e municípios e obrigatoriedade de repasses de recursos orçamentários à educação.

A educação brasileira no processo de redefinição o estado e o papel das IES diante das mudanças no ensino passam a ser notados por ambos. Os alunos que terminavam o Ensino Médio ingressavam no Ensino Superior e chama atenção para a demanda que vinha passando o setor educacional, uma crise de hegemonia de cursos e o travamento da qualidade na educação oferecida tanto pelo poder público como o privado.

A legislação federal estabelece às IES incentivos de crescimento que ora privilegiava as forças do setor público e ora ao do poder privado, gerando conflitos do estado e do mercado os quais determinam a segmentação dos sistemas educacionais.

Foi no período neoliberal, em 2000, que o Ensino Superior voltou a crescer, devido ao crescimento das instituições privadas. Atualmente os governos municipais, estaduais e a união oferecem subsídios e facilidades ao aluno do ensino privado. Várias são as formas desses incentivos como bolsas, monitorias, isenções de impostos, financiamento estudantil (Financiamento Estudantil Superior - FIES) e Programas como o Programa Universidade para Todos (ProUni). Essas ações do governo contribuíram para a expansão dessas instituições privadas. Sabe-se que durante a década de 1980, devido à redução dos incentivos, a privatização do ensino, embora sendo um bom sinal para crise econômica no país foi para o sistema educacional um problema, principalmente as IES privadas que dependiam dos financiamentos na educação.

Durante a crise surge outro problema nas instituições privadas a enorme quantidade de oferta de cursos que pouco contribuíam para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país, pois, a maioria das instituições oferecem cursos de forte apelo mercantil, principalmente as dos grandes centros do país e praticamente inexistem nessas instituições bons laboratórios, bibliotecas e programas de iniciação científica, pesquisa e extensão. Não apenas a qualidade dos cursos estava sendo comprometidas pela crise financeira, mas, também os programas governamentais destinados aos estudantes com dificuldades financeiras,

pois o governo passava a subsidiar maus cursos a alunos com bom desempenho restringindo-os as possibilidades de desenvolvimento profissional.

6 AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Para garantir que os cursos oferecidos pelas instituições de Ensino Superior tenham qualidade é preciso fiscalização e por isso o governo criou o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). O INEP acompanha todo o sistema de avaliação de cursos superiores no Brasil, criando indicadores e um sistema de informações que subsidia tanto o processo de regulamentação, exercido pelo MEC, como garante transparência dos dados sobre qualidade da educação superior a toda sociedade.

Os instrumentos que auxiliam a produção de indicadores de qualidade e os processos de avaliação de cursos desenvolvidos pelo INEP são o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e as avaliações realizadas pelas comissões de especialistas.

Os que participam do ENADE são alunos iniciantes e concluintes dos cursos avaliados, fazem uma prova de formação geral e formação específica. As avaliações feitas pelas comissões de avaliadores designadas pelo INEP caracterizam-se pela visita local aos cursos e instituições públicas e privadas e tem o objetivo de verificar as condições de ensino e aprendizagem, em especial aquelas que se referem ao perfil do corpo docente, às estruturas físicas e à organização didático-pedagógica.

A previsão é de que os cursos devem ser avaliados periodicamente. Assim, os cursos de educação superior passam por três tipos de avaliação: para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento.

A avaliação é feita quando uma instituição pede autorização ao MEC para iniciar um curso. Ela é feita por dois avaliadores, sorteados entre os cadastrados no Banco Nacional de Avaliadores (BASIS). É avaliada a adequação ao projeto proposto: a organização didático-pedagógica, o corpo docente técnico-administrativo e estrutura física.

A avaliação para reconhecimento acontece quando a primeira turma do curso novo entra na segunda metade do curso, a instituição deve requerer seu reconhecimento. É realizada uma segunda avaliação para certificar se foi executado

o projeto apresentado para autorização.

A avaliação para renovação de reconhecimento é feita a cada três anos. É calculado o Conceito Preliminar do Curso (CPC)². E aqueles que tiverem conceito abaixo da média esses, serão avaliados pessoalmente por avaliadores por um período de dois dias.

CONCLUSÃO

A expansão do sistema de ensino superior atualmente reconhecida e incentivada pelo Ministério da Educação, uma vez que o setor público não absorve a quantidade de alunos que deixam o ensino médio em busca de uma oportunidade no Ensino Superior. Ao longo dos anos, a educação superior passou por mudanças e durante décadas eram poucos os que tinham acesso: A classe média ou aqueles considerados de baixa renda não conseguiam nem terminar o Ensino Médio, quanto muito fazer parte de uma universidade.

As instituições privadas possuem um contingente muito expressivo de alunos de graduação e o movimento de expansão tem sido suportado principalmente pelas instituições privadas, mas o Ensino Superior brasileiro, mesmo com essa expansão significativas, tem apresentado graves problemas entre eles, o aumento de instituições de caráter privado que estão ocorrendo de forma desorganizada,

O Brasil ainda precisa avançar muito no que diz respeito às condições de oferta de educação em nível superior para um contingente de população, em especial, aos que estão em idade de ingresso no Ensino Superior. Para isso, a

2 Conceito Preliminar de Curso (CPC) é para agregar ao processo de avaliação da educação superior critérios objetivos de qualidade e excelência dos cursos, o Inep criou um novo indicador. O CPC vai de 1 a 5 e, como o próprio nome diz, é um indicador prévio da situação dos cursos de graduação no país. Para que os valores se consolidem, e representem efetivamente o que se espera de um curso em termos de qualidade e excelência, comissões de avaliadores farão visitas in loco para corroborar ou alterar o conceito obtido preliminarmente. Conceito 3 serão aqueles que atendem plenamente aos critérios de qualidade para funcionarem. Da mesma forma, cursos com conceito 5 serão cursos de excelência, devendo ser vistos como referência pelos demais. O conceito permanente servirá como referência para subsidiar o processo de regulação dos cursos de graduação no país. O CPC é composto por diferentes variáveis, que traduzem resultados da avaliação de desempenho de estudantes, infraestrutura e instalações, recursos didático-pedagógicos e corpo docente. As variáveis utilizadas em sua composição foram retiradas do Enade, incluindo o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) e o questionário socioeconômico - e do Cadastro de Docentes (<http://portal.mec.gov.br/index.php?id=13074:o-que-e-o-conceito-preliminar-de-curso&option=com> Acesso em: 24 out. 2013).

expansão do número de instituições torna-se uma necessidade tanto da sociedade como do mercado. No entanto, essa expansão deve ocorrer de maneira organizada.

Conclui-se que da maneira como essa expansão acontece, o sistema de Ensino Superior brasileiro necessita de uma constante sistematização, a fim de que a oferta de cursos oferecida pela IES privadas esteja de acordo com as necessidades apresentadas pela população, que se movimenta também de acordo com os novos cenários e com as novas demandas do mercado de trabalho.

A educação superior no decorrer do seu crescimento passa por muitas tensões existentes entre o sistema público e privado, as questões de financiamento da educação, da autonomia universitária, das avaliações do setor educacional do país tende a garantir a qualidade dos cursos e das instituições, uma vez que a LDB busca garantir educação como direito todos, igualdade social, multiculturalidade e promoção das minorias e dos excluídos.

REFERÊNCIAS

BOAS, Hermes Ferreira. **Ensino Superior Particular: Um Vôo Histórico**. São Paulo: Segmento, 2005. p.98.

CARBONARI NETTO, Antônio. COLOMBO, Simões Sônia. RODRIGUES, Mario Gabriel e colaboradores. Cap.11, O capital estrangeiro e os investimentos na educação do Brasil, **In: Desafios da gestão universitária contemporânea**: São Paulo: Artmed, 2011, p, 191, 192,193, 194,195.

CRUZ, Vilma Aparecida Gimenes da. **Metodologia da pesquisa científica: administração III**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

DIAS, José Sobrinho. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.235.

FIGUEIREDO, Hermes Ferreira. **Ensino Superior Particular: Um Vôo Histórico**. São Paulo: Segmento, 2005. p.154.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação dos cursos de graduação**. Disponível em:<<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em: 20 set. 2013.

MARCONDES, Adalberto Wodianer. **Educação Sustentável: A contribuição de instituições de ensino superior particular para construção de um país socialmente responsável**. São Paulo: Segmento, 2005. p.95.

MEC - Ministério da Educação e Cultura. **O que é conceito Preliminar de curso** Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/index.php?id=13074:o-que-e-o-conceito-preliminar-de-curso&option>>. Acesso em: 25 out. 2013.

RODRIGUES, Mario, Gabriel. COLOMBO, Simões, Sônia. Ensino privado: a qualidade e a imagem. **In: Desafios da gestão universitária contemporânea**. São Paulo: Artmed, 2011, cap. 2 p, 44.

SAMPAIO, Helena. **O ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo, Fapesp/Hucitec.2000. 408p.

SILVA, I. M. Avaliação, reflexão e pesquisa na formação inicial de professores/as. In:

NARDI, R. G; LOPES, M. C. R; HANSEN, J. H. (Orgs.) **Identidade docente**: uma construção entre saberes e práticas. São Paulo: Artmed, 2007.

TAVARES, Marcus Sérgio. COLOMBO, Simões Sônia. RODRIGUES, Mario Gabriel e colaboradores : Cap. 10, Governança no ensino superior privado. **In: Desafios da gestão universitária contemporânea**. São Paulo: Artmed, 2011, p.175,176, 177.

TEODORO, Antônio. **Ensino e aprender no ensino privado**: Por uma epistemologia da curiosidade na formação universitária. 2. ed. São Paulo: Editora Mackenzie; Cortez, 2005.

Abstract: The central theme of this research is related to the Expansion of Private Higher Education in Brazil and has the overall objective to understand the growth of private institutions of higher education that has undergone significant changes over several decades. This is a literature due to most information is collected from articles, books and internet that discuss the topic in question. The presentation is predominantly descriptive and the relationship between members is of significant importance, where theory involving the whole issue will be researched and analyzed. The following topics were discussed: The first Brazilian universities, reforms of higher education in the 1990s, private higher education institutions and sustaining entities, Private Higher Education: Quality and Image Construction and thrust of private institutions in higher education, Assessment of undergraduate courses. The results indicate changes in the quality of education due to course evaluations conducted in institutions, strengthening education with improved quality of teaching, learning and physical structure. We conclude that the expansion of higher education had to undergo changes resulting in new educational institutions, new courses and new educational politics to improve and to ensure higher education in Brazil.

Key-words : Higher Education. Expansion. Education.